

Equipe apressa estudos para fazer as mudanças no sistema financeiro

HELIVAL RIOS

Apressar a reforma do sistema financeiro. Esta será a resposta que o Governo pretende dar à excessiva lucratividade dos bancos, propiciada pelas elevadas taxas de juros que vêm sendo cobradas no mercado e que já superam os 40% reais (acima da inflação) ao ano. Depois do mais recente desabafo feito pelo presidente Itamar contra as elevadas taxas de juros domésticas (o Presidente tem falado contra os juros altos desde o início do seu Governo), a equipe econômica decidiu rearticular os contatos no Congresso Nacional para retomar o andamento da reforma do sistema financeiro nacional. A idéia do Governo é apresentar um substitutivo aos projetos em tramitação, de modo que a reforma seja definida ainda neste segundo semestre.

Um dos princípios básicos que nortearam os primeiros estudos sobre a reforma do sistema financeiro deverá ser retomado — a de se criar um sistema financeiro que possa, de fato, exercer um papel de agente do desenvolvimento, captando recurso no mercado para alocá-los no sistema produtivo.

Segundo análises que vêm sendo feitas no Ministério do Planeja-

mento, são muito graves as distorções apresentadas hoje pelo sistema financeiro nacional, completamente absorvido numa "ciranda" — um giro contínuo do dinheiro envolvendo o sistema financeiro e o Governo fechados em si mesmos e alijando da capacitação de recursos o sistema produtivo.

Os recursos do sistema financeiro têm de ser utilizados para estimular o setor produtivo da economia, para gerar mais renda e mais empregos. Do contrário, como ocorre atualmente, o sistema financeiro estará trabalhando contra o desenvolvimento.

Não será fácil, segundo se diz no Ministério do Planejamento, remontar o sistema financeiro nacional em bases mais saudáveis, do ponto de vista do desenvolvimento, tamanhas são as distorções hoje existentes, muitas delas geradas, inclusive, pelo nível elevado de inflação.

Mas uma reforma bem feita, contudo, mesmo sem esperar uma queda considerável dos níveis de inflação, pode já ir desestimulando as aplicações de curtíssimo prazo e estimulando as de médio e de longo prazos.

Deverá ser criado, também,

um sistema de seguro bancário, pelo qual os próprios bancos respondem pela saúde do sistema e garantem os direitos dos correntistas e aplicadores no caso de bancarrota de um ou outro banco. Atualmente, todo o sistema encontra-se amarrado ao Banco Central e não nos próprios bancos.

O relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro Nacional deve também sofrer profunda alteração, o que vai repercutir seriamente em todo o sistema financeiro. O conceito de títulos do Tesouro em Carteira no BC deve sofrer profundas alterações, de modo que não venha a gerar tantas distorções como atualmente, como os resultados (ou lucro) do Banco Central, criando recursos escriturais que de fato não existem na realidade orçamentária.

De acordo com a reforma do sistema financeiro imaginada pelo Governo, o Banco Central deve também passar por um processo de depuração e de fortalecimento. Depuração de funções absurdas que lhes foram atribuídas, como a de fiscalizar os consórcios, e fortalecimento no sentido de ficar mais livre e mais independente, para melhor executar a política monetária.

* 4 AGO 1993

JORNAL DE BRASÍLIA